

ATA DA REUNIÃO GERAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS LGBTI+

Aos VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO de 2022, às dezessete horas, aconteceu reunião virtual (via *aplicativo MEET*; COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidência da reunião: André Beneit, vice-presidente do Conselho LGBT, na ausência da Presidenta Fe Maidel. **Sociedade Civil** (pessoa física e pessoa jurídica) na pessoa de seus representantes titulares e suplentes, eleitos conforme votação realizada no dia 01.02.2021 e posse realizada de modo virtual em 16.03.2021, bem como pelo **Poder Público** composto pelas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social; de Educação; da Saúde; de Desenvolvimento Econômico, do Trabalho e Turismo; de Habitação e Segurança Urbana, e de Cultura. PRESENÇA da Coordenação de Políticas para LGBTI+, na pessoa de Reginaldo Machado, como suplente.

Primeiramente tratou-se de assuntos objeto de deliberação:

1. Manifestações do secretário executivo:

1.1. Alteração da maneira de criação e aprovação da ata:

O secretário executivo Reginaldo Machado informou que, por solicitação do Ministério Público, após o envio da ata ao Conselho, há um prazo de 10 (dez) dias úteis para que esta seja publicada, sendo assim pediu aos(as)(es) conselheiros(as)(es) mais celeridade na aprovação da mesma e propôs que, a partir da próxima reunião, as atas sejam aprovadas via Formulário Google. O conselheiro André Sardão pediu mais informações sobre a solicitação do Ministério Público e concordou com a proposta do Formulário Google, porém pontuou que nele deve constar quem votou e como. O secretário executivo Reginaldo Machado respondeu que essa solicitação do Ministério Público vale para todos os Conselhos Municipais e que se justifica pela demora geral em aprovar e publicar as atas. A conselheira Nicolle Mahier também pediu mais explicações sobre a solicitação do Ministério Público, enfatizando que, em seu entendimento, a aprovação de uma ata envolve reflexão e, conseqüentemente, demanda tempo. O secretário executivo Reginaldo Machado explicou novamente que a solicitação do Ministério Público se deu pela delonga na aprovação das atas, por isso é proposto o prazo de 10 (dez) dias, podendo haver prorrogação em caso de ressalvas. O conselheiro Renato Monteiro apontou uma inconsistência nas atas e questionou o fato de a mesma já conter as assinaturas dos/as/es conselheiros/as/es quando do envio para aprovação. O secretário executivo Reginaldo Machado esclareceu que primeiramente as atas são produzidas e depois enviadas para a aprovação. O vice presidente André Beneit pediu mais detalhes sobre a solicitação do Ministério Público e questionou se as aprovações enviadas pelos(as)(es) conselheiros(as)(es) por e-mail ainda serão válidas. O secretário executivo Reginaldo Machado explicou que propõe votação sobre se a aprovação será por e-mail ou por Formulário Google. O conselheiro Renato Monteiro justificou que, algumas vezes, sua demora para aprovação de uma ata se dá em razão de precisar consultar os(as)(es) demais membros(as)(es) do Coletivo que representa. A conselheira Nicolle Mahier pontuou que a vantagem de a aprovação ser por e-mail é o caráter de registro e oficialidade que o e-mail possui e questionou novamente sobre a solicitação do Ministério Público. O secretário executivo Reginaldo Machado respondeu que irá compartilhar com os demais mais informações sobre a solicitação. O conselheiro Gil Santos disse que, em outro Conselho que participou, também havia um prazo para a aprovação das atas. O conselheiro André Sardão perguntou se as informações de quem votou seriam compartilhadas no caso do Formulário Google, ao que o secretário executivo Reginaldo Machado respondeu que sim, por meio de um *print* da tela. O vice presidente André Beneit informou que a proposta do

secretário executivo Reginaldo Machado, para alteração da forma de aprovação das atas para o Formulário Google, foi aprovada. O secretário executivo Reginaldo Machado anunciou que criará um e-mail para o Conselho, com um drive, onde serão salvas as atas e os demais documentos pertinentes, como uma forma de garantir a continuidade do trabalho que vem sendo realizado.

1.2. Assunto sobre a transmissão ao vivo:

O secretário executivo Reginaldo Machado informou que a presente reunião estava sendo transmitida online através do Facebook da Coordenação de Políticas para LGBTI+, em caráter de teste, e que na próxima reunião a transmissão já será realizada através do Facebook do Conselho Municipal de Políticas LGBTI+, que será atualizado.

2. Concessão da palavra ao cidadão Gedilson Santos (Ghe):

O cidadão Gedilson Santos (Ghe) pediu que, primeiro, o Conselho avalie a distribuição de cestas básicas pelos Centros de Cidadania LGBTI nos últimos dois anos, e, segundo, avalie se a distribuição atual está vigente. Se sim, questiona o porquê de alguns Centros de Cidadania LGBTI dizerem que não estão distribuindo e não voltarão a distribuir as cestas básicas. O secretário executivo Reginaldo Machado respondeu ao último questionamento informando que o programa Cidade Solidária foi suspenso. O conselheiro Alexandre Serdeira argumentou que essa é uma atribuição da SMADS e que, portanto, esta deve ser cobrada também.

3. Solicitação do conselheiro Gil Santos para discussão da demanda habitacional para a população LGBTI+:

O vice presidente André Beneit sugeriu que o Conselho peça mais informações para a Coordenação sobre o tema, ao que o secretário executivo Reginaldo Machado concordou, informando também que existe um projeto sobre esse mesmo assunto em trâmite na Câmara Municipal de São Paulo. O conselheiro Gil Santos pontuou que o próprio Conselho pode questionar a Secretaria Municipal de Habitação sobre o porquê da não inclusão da população LGBTI+ nas políticas públicas de habitação.

4. Discussão sobre as pautas da apresentação do conselheiro Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta, representante da SMADS; do pedido de consulta sobre a situação dos relatórios anuais do conselho; e da avaliação da ata da reunião de janeiro:

O secretário executivo Reginaldo Machado informou, no início da reunião, que as duas primeiras pautas (a apresentação do novo conselheiro e os relatórios anuais do conselho) dependiam da presença da presidenta Fe Maidel, ausente nesta reunião por questões de ordem pessoal. O vice presidente André Beneit questionou os(as)(es) conselheiros(as)(es) se, considerando que a pauta sobre a avaliação da ata de janeiro trata diretamente da pessoa da Fe Maidel, também não seria o caso de aguardar seu retorno. O conselheiro André Sardão discordou, argumentando que serão feitas apenas ressalvas, que podem ser rapidamente discutidas e aprovadas. A conselheira Nicolle Mahier pontuou que, se agregaram na ata da última reunião alguma palavra que não foi dita por ela, ela não se importa, mas disse que reitera sua ressalva enviada por e-mail. A conselheira Tania Regina se posicionou contrária a discutir qualquer assunto na ausência de qualquer pessoa, assim como o conselheiro Gil Santos. O vice presidente André Beneit submeteu o assunto à votação, sendo aprovado que as pautas envolvendo a presidenta Fe Maidel seriam debatidas na próxima reunião.

5. Esclarecimentos sobre o cadastro municipal:

O secretário executivo Reginaldo Machado enfatizou que não se trata de um censo, e sim um cadastro voluntário. Além disso, disse que todas as informações serão encaminhadas em breve. O vice-presidente André Beneit concedeu a palavra a cidadã Camila Furchi, assessora da vereadora Juliana Cardoso, que pediu mais informações sobre a finalidade do cadastro. O conselheiro André Sardão citou uma experiência semelhante, de censo da população LGBTI+, no município de Araraquara, e solicitou que o Conselho possa participar da elaboração do cadastro. O vice presidente André Beneit concedeu a palavra ao cidadão Gedilson Santos (Ghe), que apontou que no edital de chamamento para a gestão dos Centros de Cidadania LGBTI já existe uma previsão para coleta de dados. A conselheira Nicolle Mahier questionou qual a necessidade do cadastro, se os Centros de Cidadania LGBTI já possuem essas informações, e qual órgão ficará responsável pelo armazenamento e gestão dos dados coletados. O secretário executivo Reginaldo Machado respondeu aos questionamentos dizendo que a finalidade do cadastro é coletar dados para subsidiar políticas públicas e enfatizando que o Conselho está sendo consultado, como por exemplo no caso citado pelo conselheiro André Sardão, que informou ao Conselho que a Coordenação enviou a ele as perguntas do cadastro e ele está sugerindo alterações. O conselheiro André Sardão pediu agendamento de uma reunião com a Coordenação para dialogar sobre o cadastro, ao que o secretário executivo Reginaldo Machado respondeu que será marcada. O conselheiro Renato Monteiro pediu celeridade no agendamento, considerando que o lançamento do cadastro está próximo.

APROVAÇÃO DA ATA

Terminados os trabalhos, inexistindo qualquer outra manifestação, lavrou-se a presente ata que, lida, foi aprovada conforme lista a seguir, na reunião do dia 31 de março de 2022:

Pessoa Física Sociedade Civil:

- a) Segmento de Lésbicas:
- b) Segmento de Gays:
- d) Segmento de Homens Bissexuais: André Sardão;
- e) Segmento de Mulheres Travestis:
- f) Segmento de Mulheres Transexuais: Aysha Cristiane Oliveira;
- g) Segmento de Homens transexuais: Gil Santos;
- h) Organização da Sociedade Civil sem Personalidade Jurídica: Renato Monteiro.

Poder Público:

- a) Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania: Fe Maidel;
- b) Secretaria Municipal da Saúde: Tania Regina Correa de Souza;
- c) Secretaria Municipal de Habitação:
- d) Secretaria Municipal de Segurança Urbana: Angelica Regina Rocha;
- e) Secretaria Municipal de Cultura: Terra Johari;
- g) Secretaria Municipal de Educação: Anna Luísa de Castro.
- h) Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo: